

Da denunciação da lide

ATHOS GUSMÃO CARNEIRO

Desembargador do TJRS

SUMÁRIO: I. Conceito de terceiro. II. Noções gerais sobre os casos de intervenção. 2.1. Assistência. 2.2. Oposição. 2.3. Nomeação à autoria. 2.4. Denunciação da lide. 2.5. Chamamento ao processo. III. Da denunciação da lide. 3.1. Noções gerais. 3.2. Denunciação da lide nos casos de evicção. 3.3. Denunciação da lide pelo possuidor direto. 3.4. Denunciação da lide pelo titular de pretensão regressiva. 3.5. Procedimento na denunciação da lide. 3.6. Posicionamentos do denunciado, na denunciação pelo réu. 3.7. Eficácia da sentença, nos casos de denunciação da lide.

I. CONCEITO DE TERCEIRO

Impõe-se, de início, fixar o conceito de terceiro.

No plano do direito material, se examinarmos, *v.g.*, um contrato de compra e venda, terceiro será todo aquele que não for nem o comprador, nem o vendedor, nem interveniente no mesmo negócio jurídico.

No plano do *direito processual*, o conceito de terceiro terá igualmente de ser encontrado por *negação*. Suposta uma relação jurídica processual pendente entre A, como autor, e B como réu, apresentam-se como *terceiros* C, D, E, etc., ou seja, todos os que *não forem partes* (nem coadjuvantes de parte) *no processo pendente*.

Pela intervenção, o *terceiro torna-se parte* (ou coadjuvante da parte) *no processo pendente*.

Evidentemente, a intervenção de terceiros somente deve ser aceita sob determinados pressupostos, um deles, ocorrente em todos os casos de intervenção (exceto nos casos de oposição), é o de que o terceiro deve ser *juridicamente interessado* no processo pendente.¹

Cumpra ainda salientar que *nem sempre* o ingresso de outras pessoas, diversas das partes originárias, ou seja, nem sempre as modificações subjetivas no processo constituem intervenção de terceiro (ALBERTO DOS

REIS, "Intervenção de Terceiros", Coimbra Editora, 1948, ps. 6/7).

Assis, *v.g.*, não implica em intervenção de terceiro a determinação do juiz, pendente o processo, para que sejam citados litisconsortes necessários (C. Pr. Civ., 47, parág. único), pois tais pessoas realmente são 'partes originárias', cuja citação o autor *deveria* ter requerido na petição inicial.

Também não é intervenção de terceiro a *substituição* da parte, conforme os arts. 41 a 43 do C. Pr. Civ. Falecido o réu B, seus herdeiros C e D não serão terceiros, mas sim "sucessores", ao ingressarem no processo substituindo o extinto. Se o autor de ação possessória ceder a outrem seus alegados direitos sobre a coisa litigiosa, o cessionário poderá (com o consentimento do réu — C. Pr. Civ., art. 42, § 1.º) tornar-se o autor, em substituição ao cedente, sem que ocorra a figura jurídica da intervenção de terceiro.²

Também assim se a empresa A for incorporada pela empresa B, assumindo esta a posição de parte nos processos de que participava a empresa incorporada.

Não são, outrossim, terceiros, à evidência, os que atuam no processo por dever funcional — servidores da justiça, perito, depositários, etc., ou para fornecerem meios de prova — testemunhas (ALBERTO DOS REIS, *ob. cit.*, ps. 5/6).

1 Mestre MOACYR AMARAL SANTOS define como terceiros as "pessoas estranhas à relação de direito material deduzida em juízo, e estranhas à relação processual já constituída, mas que, sujeitos de uma relação de direito material que àquela se liga intimamente, intervêm no processo sobre a mesma relação, a fim de defender interesse próprio" ("Primeiras Linhas de Direito Processual Civil", v. II, n. 313).

A definição, todavia, afigura-se menos adequada aos casos de "nomeação à autoria", em que o terceiro é exatamente a pessoa legitimada passivamente tendo em vista a relação de direito material deduzida em juízo; e a casos de "chamamento ao processo", em que a relação de direito material põe chamante e chamado na relação de devedores solidários, ou de co-fiadores.

2 HERNANDO ECHANDIA ensina que, a cada momento, são terceiros os que não detêm a posição de partes. É assim uma situação *cambialvel*: pela intervenção, o terceiro transforma-se em parte, principal ou secundária. O sentido de terceiro não é físico, mas jurídico: assim, não é terceiro o cessionário, o substituído ("Compendio de Derecho Procesal", I, n. 203).

Também ALBERTO DOS REIS declara que a *intervenção* é o instituto que propõe transformar o terceiro em parte ("Intervenção de Terceiro", Coimbra Editora, 1948, ps. 5 e 6), excluindo os casos de litisconsórcio necessário, de sucessão, de substituição processual em processo pendente, etc.

RAMIRO PODETTI, em posicionamento minoritário, enquadra entre os terceiros todos aqueles que não sejam nem o autor originário nem o réu originário, englobando o litisconsorte que intervém posteriormente, o sucessor, etc. ("Tratado de la Terceria", p. 35).

II. NOÇÕES GERAIS SOBRE OS CASOS DE INTERVENÇÃO

Convém inicialmente apresentar, em resumo e sob esquemas gráficos, as figuras de intervenção de terceiro de que cuidam os arts. 50 a 80 do C. Pr. Civ.³

2.1. ASSISTÊNCIA

O *assistente* ingressa no processo não como parte, mas apenas como coadjuvante da parte (é *parte secundária*, segundo alguns), isto é, buscando auxiliar a defesa dos interesses do seu *assistido*, que tanto pode ser o demandante como o demandado. Não sendo parte, o assistente *nada pede* para si, não formula pretensão; nem é sujeito passivo de pretensão alheia, pois *contra ele nada é pedido*.

2.2. OPOSIÇÃO

O *opoente* ingressa no processo pendente, apresentando uma "pretensão própria" sobre a coisa ou o direito objeto da lide; busca fazer com que sua pretensão, dele opoente, *prevaleça* sobre as pretensões tanto do autor como do réu. A oposição é processualmente *uma nova ação*, em que é autor o terceiro, como *opoente*, e são réus o autor e o réu da ação já existente, como 'opostos'.

2.3. NOMEAÇÃO A AUTORIA

Na nomeação à autoria⁴ o objetivo visado é substituir o réu pelo terceiro, com o objetivo de afastar da relação processual um réu que seja parte ilegítima *ad causam*, nela fazendo ingressar um réu legitimado para a causa. O réu que se considera parte ilegítima *nomeia* o terceiro, para que o venha substituir no pólo passivo da relação processual.

2.4. DENUNCIAÇÃO DA LIDE

Mediante o instituto da *denunciação da lide*, uma das partes (mais freqüentemente o réu), como "denunciante", *promove no mesmo processo uma ação regressiva contra terceiro, o denunciado*.

Citado, o terceiro torna-se réu na *ação de denunciação*.

A denunciação pressupõe necessariamente que o denunciante tenha uma *pretensão própria* (um crédito de reembolso) contra o denunciado, pretensão que fará valer caso venha, ele denunciante, a sucumbir na *ação principal*.

Observação: como veremos em tempo oportuno, o denunciado, além de réu na ação regressiva, torna-se *litisconsorte do denunciante* na ação principal. Realmente, ao denunciado assiste interesse em que o denunciante saia vitorioso na causa principal, pois destarte resultará improcedente a ação regressiva.

2.5. CHAMAMENTO AO PROCESSO

Pelo instituto do *chamamento ao processo*, o réu B tem a faculdade de fazer citar um terceiro, para que este ingresse no processo como seu *litisconsorte*.

Amplia-se, assim, *pela vontade de B*, o pólo passivo da relação processual. O credor A pretendia acionar apenas o devedor B, mas passa a acionar não apenas B como também o *chamado C*. O chamamento pressupõe, naturalmente, que ao *chamado* seja atribuída a condição de co-devedor ao autor. Assim, B e C são devedores solidários de A; este move ação de cobrança apenas contra B, e B chama C ao processo.

III. DA DENUNCIAÇÃO DA LIDE

3.1. NOÇÕES GERAIS

A denunciação da lide, como já exposto anteriormente, é prevista no vigente C. Pr. Civ. como uma *ação regressiva, insimultaneous processus*, proponível tanto pelo autor como pelo réu, sendo citado como denunciado aquela pessoa contra quem o denunciante terá uma pretensão indenizatória, pretensão *de reembolso, caso ele denunciante vier a sucumbir na ação principal*.

Teremos, pois, *no mesmo processo*, duas ações, duas relações jurídicas processuais. Mas *um só processo*, uma só instrução, *uma mesma sentença* para ambas as ações, a ação principal e a ação de denunciação da lide.⁵

De início, cumpre ressaltar o caráter de *prejudicialidade* do resultado da primeira demanda, da *ação principal*, sobre a ação de denunciação da lide. Realmente, se o denunciante for vitorioso na ação principal, a ação regressiva será necessariamente julgada improcedente; se, no entanto, o denunciante sucumbir (no todo ou em parte) na ação principal, a ação de denunciação da lide tanto poderá ser julgada procedente (se realmente existir o direito de regresso), como improcedente.

⁵ O Prof. HELIO TORNAGHI salienta que em pureza de técnica a *denunciação da lide* será a simples comunicação feita por uma das partes a um terceiro, para que este, querendo, intervenha no processo na qualidade de seu assistente. Aponta, com este sentido, a denunciação prevista nas Ordenações processuais alemã e austríaca ("Comentários ao C. Pr. Civ.", RT, vol. I, ed. 1974, ps. 257-258).

A denunciação, tal como dispõe o C. Pr. Civ. de 1973, é realmente um chamamento em garantia, um verdadeiro "chamamento à autoria", denominação aliás usada no C. Pr. Civ. de 1939, embora nesse Código a convocação do terceiro não representasse uma ação regressiva.

³ Não cuidamos, no presente estudo, de outras formas de intervenção de terceiro, tais como, *v.g.*, o recurso de terceiro prejudicado (C. Pr. Civ., art. 499 e § 1º), ou a propositura da ação de embargos de terceiro (C. Pr. Civ., arts. 1.046 e segs.) (PEDRO SOARES MUNOZ, "Da Intervenção de Terceiros no Novo Código de Processo Civil", in "Estudos sobre o Novo C. Pr. Civ.", Ed. Bels, Porto Alegre, 1974).

⁴ A palavra *autoria* não é usada com referência ao autor, ao proponente de uma demanda, mas sim com o sentido de *garantia*, de *responsabilidade por*.

Em segundo lugar, a *obrigatoriedade* da denunciação da lide (vide art. 70) deve ser entendida nos devidos termos. Nem sempre, como veremos, a omissão da parte no provocar a intervenção do terceiro acarretará a perda do direito (da *pretensão*) regressivo contra este.

3.2. DENUNCIAÇÃO DA LIDE NOS CASOS DE EVICÇÃO

O primeiro caso, previsto no art. 70, I, do C. Pr. Civ. é o de denunciação da lide como providência *obrigatória* para que o denunciante possa “exercer o direito que da evicção lhe resulta”.

Evicção é a perda da coisa, sofrida pelo adquirente em consequência de um anterior direito de outrem, declarado por sentença.⁶ O C. Civ., art. 1.107, dispõe que “nos contratos onerosos, pelos quais se transfere o domínio, posse ou uso, será obrigado o alienante a resguardar o adquirente dos riscos da evicção, toda vez que se não tenha excluído expressamente esta responsabilidade”.

Ocorrente a evicção, a garantia compreende não só a restituição integral, ao evicto, do preço por este pago, como ainda cumprirá ao alienante indenizá-lo pelos demais prejuízos, conforme previsto no art. 1.109 do C. Civ.

Entretanto — art. 1.116 —, o mesmo Código impõe ao adquirente, “para poder exercer o direito, que da evicção lhe resulta”, a *obrigação* de “notificar do litígio ao alienante, quando e como lho determinarem as leis do processo”. Esta *notificação*, o vigente Código processual prevê sob a forma de *denunciação da lide* ao alienante. Caso o adquirente omita tal providência, perderá a própria “pretensão de direito material” contra quem lhe transmitiu o domínio, posse ou uso da coisa. A *obrigatoriedade* da denunciação tem, aqui, *origem na própria lei material*, e, portanto, *repercute no próprio direito material*.

A redação do C. Pr. Civ. art. 70, I, oferece certos reparos. Lê-se que a denunciação da lide é *obrigatória* “ao alienante”, na ação em que terceiro reivindica a coisa”. A palavra *terceiro* foi empregada impropriamente. Quem reivindica a coisa não é terceiro, mas sim parte, é *autor* na ação reivindicatória. Processualmente, *terceiro* é o alienante, que será o denunciado.

Além disso, não só a ação reivindicatória, mas também outras, podem provocar a perda do domínio pelo adquirente, com a consequente evicção.⁷

Na hipótese acima esquematizada, se julgada improcedente a ação reivindicatória, B

permanecerá com a posse e domínio da coisa; não terá ocorrido evicção, e, destarte, será improcedente também a ação regressiva de denunciação da lide.⁸

Se, no entanto, resultar *procedente* a reivindicatória, B será evicto. Em consequência, será julgada procedente a demanda regressiva, *salvo* se o adquirente sabia dos riscos da evicção e os assumiu (C. Civ., art. 1.108), pois nesta última hipótese a lei exonera o vendedor de prestar garantia.

A denunciação da lide também pode ser feita pelo autor. Suponhamos que o adquirente A de uma área rural é impedido de tomar posse da mesma, pois outrem, B, a ocupa, alegando, por exemplo, ser dela legítimo proprietário. Ao promover a ação reivindicatória contra o ocupante, ao adquirente cumpre denunciar a lide ao seu alienante, C, a fim de garantir-se dos riscos da evicção, que ocorrerá se a ação reivindicatória for julgada *improcedente*, e, pois, reconhecido o réu B como o titular do domínio.

3.3. DENUNCIAÇÃO DA LIDE PELO POSSUIDOR DIRETO

O instituto da evicção socorre não apenas ao adquirente do domínio, mas também abrange os casos de transferência da “posse ou uso”. Para estes, bem como para outros casos, alheios ao instituto da evicção e em que alguém exerça a *posse direta* da coisa demandada, dispõe o art. 70, II, do C. Pr. Civ. *verbis*:

“Art. 70 — A denunciação da lide é obrigatória:

II — ao proprietário ou ao possuidor indireto quando, por força da obrigação ou direito, em casos como o do usufrutuário, do credor pignoratício, do locatário, o réu, citado em nome próprio, exerça a posse direta da coisa demandada”.

O dispositivo está, como vemos, vinculado ao art. 486 do C. Civ.:

“Art. 486 — Quando, por força de obrigação, ou direito, em casos como o do usufrutuário, do credor pignoratício, do locatário, se exerce temporariamente a posse direta, não anula esta às pessoas, de quem eles a houveram, a posse indireta”.

Vamos supor a hipótese de ação de reintegração de posse, que A promove contra B, sob o argumento de estar B lavrando terras de propriedade do demandante, e, pois, usurpando-lhe a posse. O réu B, embora *arrendatário* da gleba, e, portanto, seu possuidor *direto*, é citado “em nome próprio” (art. 70, II), isto é, como se fora possuidor pleno. Em tais circunstâncias, B deverá denunciar a lide ao seu arrendante C, possuidor indireto.

Através da denunciação da lide, *dois objetivos* são, neste caso, alcançados:

⁸ Improcedente a reivindicatória, A, reivindicante, pagará as custas referentes à demanda principal e honorários de advogado ao réu B; mas B sucumbiu na demanda regressiva, e pagará as custas a esta referentes e honorários de advogado ao denunciado C.

⁶ A evicção, segundo ensina CLOVIS BEVILAQUA, “é a perda total ou parcial de uma coisa, em virtude de sentença, que a atribui a outrem, por direito anterior ao contrato, de onde nascera a pretensão do evicto” (“Código Civil Comentado”, vol. IV, 6ª ed., anot. ao art. 1.107).

⁷ Por exemplo, ação de usucapião promovida contra o adquirente, alegando o autor a aquisição do domínio consumada anteriormente ao contrato de compra e venda.

1.º) dar-se-á ao arrendante a oportunidade de defender sua posse indireta, em litisconsórcio com B (como adiante veremos); 2.º) o possuidor direto B demandará, mediante a ação regressiva, contra o arrendante C a indenização que lhe será devida na hipótese de, se julgada procedente a ação principal, tornar-se impossível prosseguir cumprindo o contrato de arrendamento.⁹

A denunciação da lide, neste caso, como observam vários autores, reveste-se até certo ponto de alguns aspectos da “nomeação à autoria”. Embora o arrendatário seja parte legítima como réu na ação reintegratória de posse (pois não é ele um simples detentor da coisa), não menos certo que ao arrendante assiste idêntico ou maior interesse jurídico em contestar a demanda reintegratória, sendo, pois, igualmente parte legítima passiva na ação principal. Não se opera, assim, a substituição do réu parte ilegítima por um réu parte legítima, como na nomeação à autoria, mas sim forma-se, no pólo passivo da ação principal, um litisconsórcio entre possuidor direto e possuidor indireto.

Nos casos em que incidem as normas sobre evicção (a posse direta provém de contrato oneroso — C. Civ., art. 1.107), a não denunciação da lide, pelo possuidor direto ao possuidor indireto, implicará na perda do direito (C. Civ., art. 1.189, II) do arrendatário ao ressarcimento, pelo arrendador, dos prejuízos decorrentes da frustração do pacto de arrendamento.

Nos casos em que não incidam as regras sobre evicção, temos, aliás, como possível a ação regressiva em processo autônomo.

Com a denunciação, *serão duas as ações*: na ação principal apresentam-se, no pólo passivo, em litisconsórcio, o denunciante e o denunciado (o possuidor direto e o possuidor indireto); na ação indenizatória regressiva, o arrendatário denunciante será autor, e o arrendador denunciado será réu.

A improcedência da ação principal conduz necessariamente à improcedência da ação de regresso. A procedência da ação principal *poderá* conduzir à procedência da ação indenizatória.

Procedente a ação principal, outrossim, *a coisa julgada material formar-se-á, nesta ação, contra denunciante e denunciado*, e ambos ficam sujeitos à execução forçada (arts. 621 e segs.), caso não entreguem a coisa ao autor.

3.4. DENUNCIAÇÃO DA LIDE PELO TITULAR DE PRETENSÃO REGRESSIVA

Finalmente, o vigente C. Pr. Civ. incluiu, art. 70, III, a denunciação da lide “aquele que estiver obrigado, pela lei ou pelo contrato, a indenizar, em ação regressiva, o prejuízo do que perder a demanda”.

A doutrina diverge bastante quanto à abrangência desta previsão legal. Tendo em vista, inclusive, as vantagens de ordem prática em que a pretensão regressiva seja resolvida, desde logo, no mesmo processo, parecem-nos conveniente aceitar o cabimento da denunciação em *todos os casos* em que um terceiro esteja adstrito a ressarcir ou reembolsar os prejuízos decorrentes da sucumbência; teremos, assim, diminuído o ajuizamento de ações regressivas em posteriores processos autônomos.

Pensemos, *v.g.*, naquele que contrata seguro (facultativo) de responsabilidade civil, para garantir-se na hipótese de, se responsável por acidente de trânsito, ver-se obrigado a indenizar a vítima. Ocorre o acidente. Digamos que a seguradora, sob alegações várias, recusa o pagamento amigável. O prejudicado A promove, então, ação de indenização contra o causador do dano, o segurado B. Este, fundado no contrato de seguro, denuncia a lide à seguradora C, a fim de, se sucumbente na demanda principal, obter reembolso pela denunciada.

A seguradora, citada, poderá defender-se na ação regressiva, alegando, *v.g.*, que o segurado não pagou os prêmios do contrato (C. Civ., art. 1.449), ou que o acidente ocorreu em circunstâncias previstas como excludentes da garantia (C. Civ., art. 1.460); e poderá, outrossim, em litisconsórcio passivo com o denunciante, alegar na ação principal, *v.g.*, que o acidente resultou de exclusiva culpa do próprio autor.

Quando *improcedente a ação principal*, nada haverá que reembolsar ao réu e, pois, será também improcedente a ação de denunciação da lide. Se procedente, no todo ou em parte, a ação indenizatória, o magistrado irá então apreciar as alegações de defesa do denunciado no alusivo à ação regressiva, e poderá julgá-la procedente no todo ou em parte, ou improcedente.

Autores de nomeada incluem entre os casos do art. 70, III, do C. Pr. Civ., os decorrentes da responsabilidade civil do Estado, nos termos do art. 107 da CF, *verbis*: “As pessoas jurídicas de direito público responderão pelos danos que seus funcionários, nessa qualidade, causarem a terceiros. Parág. único — caberá ação regressiva contra o funcionário responsável, nos casos de culpa ou dolo”.

Assim à União, ré na ação indenizatória, será possível, mediante a denunciação da lide, exercer de logo a ação regressiva contra o funcionário cuja ação ou omissão tenha dado causa ao dano.¹⁰ O funcionário, citado, será réu na ação regressiva, e litisconsorte da União na ação principal; na denunciação poderá defender-se negando, *v.g.*, dolo ou culpa de sua parte: na ação principal, *v.g.*,

¹⁰ A demanda regressiva do Poder Público contra o funcionário será improcedente se o dano resultou não de dolo ou culpa do servidor, mas de mau funcionamento do próprio serviço.

⁹ V. C. Civ., arts. 1.189, II; 1.191 e 1.192, III.



invocará a inocorrência de dano, ou discutirá seu valor.

Devo aditar que nos casos do art. 70, III, a *obrigatoriedade da denunciação da lide* merece interpretação restritiva; não exercitada a denunciação, a parte perderá apenas as vantagens processuais dela decorrentes, *mas não perde a pretensão de direito material*; portanto, a ação regressiva poderá ser ajuizada posteriormente, *em processo autônomo*.¹¹

3.5. PROCEDIMENTO NA DENUNCIAÇÃO DA LIDE

Quando o titular da (eventual) pretensão regressiva *for o autor*, deve a denunciação ser requerida na própria petição inicial (C. Pr. Civ., art. 71). O autor pedirá a citação do denunciado e a citação do réu. Será feita, *em primeiro lugar*, a citação do denunciado, o qual poderá defender-se quanto à ação regressiva e poderá, também, assumindo a posição de litisconsorte do autor (pois seu interesse é na procedência da ação principal), *aditar* a petição inicial (C. Pr. Civ., art. 74). Somente *depois* proceder-se-á à citação do réu.

Quando o titular da (eventual) pretensão regressiva *for o réu* (como mais comumente ocorre), deverá ele oferecer a denunciação e requerer a citação do denunciado no mesmo prazo de que dispõe para contestar a ação principal (C. Pr. Civ., art. 71), *isso sem prejuízo* de oferecer, desde logo, sua resposta (C. Pr. Civ., art. 297) ao pedido do demandante. O réu, pois, contesta a ação principal, e apresenta a denunciação da lide invocando a pretensão de reembolso.

O juiz pode entretanto entender que, face aos próprios termos da demanda, *não é em tese caso de denunciação da lide*; pode, outrossim, considerar ocorrente qualquer dos casos previstos no art. 295 do C. Pr. Civ., como de indeferimento da petição inicial. Rejeitará, então, liminarmente a petição de denunciação da lide. Tal decisão é interlocutória (C. Pr. Civ., art. 162, § 2.º), cabendo ao denunciante impugná-la mediante agravo de instrumento.

Formalmente, *a denunciação da lide deve ser oferecida em petição própria, com os requisitos do art. 282 do C. Pr. Civ.*

Não haverá maior inconveniente, todavia, em que seja redigida na mesma peça da petição inicial (na denunciação pelo autor) ou da contestação (na denunciação pelo réu), desde que obedecidos os requisitos mencionados, e formalmente *destacada* a denunciação.

Aceitando o juiz a denunciação, e ordenada a citação, *“ficará suspenso o processo”* (C. Pr. Civ., art. 72, *caput*). Na verdade, sus-

pendem-se apenas os atos relacionados com a ação principal, enquanto se procede à citação do denunciado. Tal citação cumpre seja feita em 10 dias, quando residente na mesma comarca onde foi ajuizada a demanda, ou em 30 dias, quando residente em outra comarca, ou em lugar incerto. Se tais prazos não forem observados por culpa ou desídia do denunciante, a denunciação perde sua eficácia, e o denunciante irá arcar com as consequências decorrentes da não-denunciação (perda do próprio direito regressivo, nos casos de evicção; ou perda das vantagens *processuais* da denunciação, nos demais casos). Mas se o atraso deriva de culpa do próprio serviço judiciário, ou de força maior, poderá fazer-se eficazmente a citação, embora tardia, do denunciado.

O C. Pr. Civ., no art. 73, prevê *sucessivas* denunciações da lide. Assim, “o denunciado, por sua vez, intimará do litígio” ao seu alienante, ou às pessoas indicadas no art. 70, II e III, “para os fins do disposto no art. 70”. Por exemplo, em caso do art. 70, I (garantia contra a evicção), o adquirente B, réu na reivindicatória, denuncia a lide ao seu alienante C; por sua vez, C “intimará do litígio” a pessoa de quem houve o bem, D; este fará intimar E, e assim sucessivamente.

Há, sem dúvida, um risco de eternização do processo, com a convocação de sucessores de alienantes já falecidos, etc. Por isso, ARRUDA ALVIM sustenta que o Código usou propositadamente do verbo “intimar” e não do verbo “citar”; a *intimação* não irá tornar os intimados *réus* de sucessivas demandas regressivas, mas sim servirá apenas para cientificá-los do processo a fim de que nele intervenham, querendo, como assistentes.¹²

3.6. POSICIONAMENTOS DO DENUNCIADO, NA DENUNCIAÇÃO PELO RÉU

O C. Pr. Civ., em seu art. 75, dispõe sobre as consequências das diversas atitudes, que pode adotar o denunciado, quando feita pelo réu a denunciação.

O texto da lei propicia dúvidas, pois parece redigido sob certa influência da sistemática do C. Pr. Civ. de 1939.¹³

¹² V. ARRUDA ALVIM, “Código de Processo Civil Comentado”, Ed. RT, v. III, comentário ao art. 73.

De outra parte, o eminente professor MONIZ DE ARAGÃO, em posicionamento com diferentes premissas, admite o chamamento *coletivo* à autoria, isto é, a denunciação da lide não somente ao alienante como igualmente, *na mesma ocasião*, a “todos os antecessores na cadeia dominial”. Seria facultado, assim, o chamamento *conjunto* de todos os anteriores proprietários, e não apenas o chamamento *gradual* previsto na lei. Isso “sem prejuízo do direito que assiste a cada um dos litisdenunciados de, em defesa oposta ao chamamento, procurar eximir-se da responsabilidade pela garantia e pela evicção” (“Sobre o Chamamento à Autoria”, artigo de doutrina publicado na “Revista do Instituto dos Advogados do Paraná”, 1979, n. 1).

¹³ Pelo C. Pr. Civ. de 1939, o denunciado, comparando, assumia a posição de “substituto processual” do denunciante, ficando “defeso ao autor litigar com o denunciante” (C. Pr. Civ. de 1939, art. 97).

¹¹ JOSÉ IGNÁCIO BOTELHO DE MESQUITA sustenta inclusive que mesmo em casos de evicção, a pretensão do evicto poderá excepcionalmente ser exercitada em demanda posterior, em “ação direta”.

Assim, *v.g.*, quando sem culpa ou falta de diligência do denunciante, a denunciação fica sem efeito nos termos do art. 72, § 2º, do C. Pr. Civ.



Cumprido ao intérprete apreciar os itens do aludido artigo com vistas ao sistema instituído pelo vigente C. Pr. Civ.: a denunciação da lide é uma *ação* e, pois, após citado, o denunciado torna-se inafastavelmente *réu na ação de denunciação, e sujeito às consequências da coisa julgada na ação principal*.

O art. 75, I, dispõe que se o denunciado “aceitar” a denunciação e contestar o pedido, “o processo prosseguirá entre o autor, de um lado, e de outro, como litisconsortes, o denunciante e o denunciado”.

A uma primeira leitura, poderia parecer ressalvado ao denunciado o direito de “não aceitar” a denunciação. Entretanto, das duas uma: a) — o denunciado, citado, *comparece aos autos*, podendo inclusive arguir, na contestação, a preliminar de não ser caso de denunciação da lide; ou b) — o denunciado *não comparece*, e então será revel, arcando com os efeitos da revelia (C. Pr. Civ., arts. 319, 322), tanto na ação regressiva como na ação principal.

Pelo sistema do Código de 1973, tanto o denunciado pelo autor (art. 74), como o denunciado pelo réu (art. 75, I), torna-se *litisconsorte* do denunciante, sujeito portanto o denunciado à eficácia da coisa julgada na ação principal, além de naturalmente também sujeito à eficácia da coisa julgada na ação regressiva.¹⁴

Pelo art. 75, II, no caso de revelia do denunciado, ou de limitar-se a negar a qualidade que lhe foi atribuída (isto é, o denunciado apenas alega não ser caso de denunciação), o réu denunciante deverá contestar a ação principal e “prosseguir na defesa até final”; se assim não proceder, e perder a demanda principal, não lhe será assegurado o

direito regressivo, isto é, sucumbirá também na ação da denunciação da lide. A revelia do denunciado, portanto, não desobriga, mas sim *obriga o réu* ao uso de todos os meios conducentes à sua defesa, *sob pena de perda do direito de regresso*.

Em decorrência do art. 75, III, se o denunciado “confessar os fatos alegados pelo autor” e, com mais motivos, quando reconhecer a procedência do pedido, ao réu denunciante fica a opção: a) poderá prosseguir em sua defesa, caso entenda que a conduta do denunciado não lhe impedirá de vitoriar-se na demanda; b) poderá aderir à confissão ou ao reconhecimento do pedido feitos pelo denunciado, postulando apenas, em consequência, *seja julgada procedente a ação regressiva*.

3.7. EFICÁCIA DA SENTENÇA, NOS CASOS DE DENUNCIAÇÃO DA LIDE

O art. 76 do C. Pr. Civ. dispõe, textualmente, que “a sentença, que julgar *procedente a ação, declarará*, conforme o caso, o direito do evicto, ou a responsabilidade por perdas e danos, valendo como título executivo”.

Fundamentalmente, a lei determina o *julgamento de ambas as ações, a principal e a regressiva, na mesma sentença*. Vencedor na principal o denunciante, será necessariamente improcedente a demanda regressiva. Vencido, no todo ou em parte, o denunciante, o juiz apreciará a ação de regresso.

Se a ação de regresso for julgada procedente, será o denunciado condenado a indenizar o denunciante, nos termos da lei material, valendo a sentença como título executivo contra o denunciado (C. Pr. Civ., art. 584, I).

A redação do artigo enseja críticas. Assim, nos casos de denunciação da lide *pelo autor* da demanda, será a *improcedência* da ação principal que poderá levar, na ação regressiva, à condenação do denunciado.

De outra parte, a sentença não “declara” o direito do evicto, ou a responsabilidade por perdas e danos; não é sentença declaratória, mas *condenatória*.

É possível, outrossim, anotar que nem sempre a circunstância de o denunciante haver sucumbido na ação principal leva à procedência da denunciação da lide, pois vezes muitas inexistente, ou existe apenas em parte, a pretensão do denunciante ao reembolso ou ao ressarcimento.

¹⁴ A coisa julgada na ação principal assumirá frequentemente, frente ao litisconsorte denunciado, *eficácia apenas declaratória*. Assim, em ação reivindicatória, com denunciação da lide pelo réu, a sentença que julgar procedente a reivindicatória terá eficácia condenatória frente ao réu denunciante, e eficácia meramente declaratória (de que o vero proprietário é o autor) frente ao denunciado; este, portanto, não poderá, de futuro, reivindicar a coisa contra o autor. Já, *v.g.*, no caso de reintegratória de posse contra o arrendatário, com denunciação da lide ao arrendante, a sentença de procedência da ação principal terá eficácia condenatória contra ambos, arrendante e arrendatário, e contra ambos poderá ser promovida a execução. Também se o Estado denuncia a lide ao seu funcionário, e a ação indenizatória é procedente, condenados na *ação principal* são ambos, denunciante e denunciado, e ambos podem ser executados pelo autor. O problema da eficácia da coisa julgada na ação principal, face ao denunciado, está estreitamente vinculado à natureza das relações de direito material suscitadas na demanda.

